

1           **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2022 DO CEDM/PR**

2  
3   Aos seis dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, as quatorze horas e  
4   quinze minutos em segunda chamada, no formato presencial na Sala de Situação  
5   da SEPL no 4º andar do Palácio das Araucárias sito a Rua Jacy Loureiro s/n e por  
6   web conferência pelo Link: [meet.google.com/zcv-zntc-ezn](https://meet.google.com/zcv-zntc-ezn); **Abertura** – A  
7   Secretária Executiva Sandra Cristina Hey Paizani inicia dando as boas vindas a  
8   todas as presentes, informa que o link da lista de presença se encontra disponível  
9   no chat, sendo que este documento de assinatura é um documento oficial para a  
10   confirmação de presença e faz a chamada inicial; **Conselheiras Representantes**  
11 **Governamentais:** Titular: Walquíria Onete Gomes – DPM/SEJUF; Suplente:  
12 Silvane Farah – DPM/SEJUF; Titular: Priscila Pacheco dos Santos – SECC/PR;  
13 Titular: Jussara Fátima Ribeiro – SEAB/PR; Titular: Andrea Sanson Corat –  
14 DEJUDH/SEJUF; Titular: Juliana Carolina Silveira Patzsch – SEPL/PR; Suplente:  
15 Kamila Conte Kunz – SEDU/PR; Suplente: Desireé Barbosa Santiago –  
16 SUDIS/PR; **Conselheiras Representantes da Sociedade Civil:** Titular: Carmen  
17 Regina Ribeiro – RFS/PR; Suplente: Lara Cubis de Lima – RFS/PR; Titular: Maria  
18 Isabel Pereira Corrêa – UBM/PR; Titular: Margleyse Adriana dos Santos –  
19 APP/PR; Titular: Ivanete Paulino Xavier – RMN/PR; Titular: Rosalina Batista –  
20 ASSEMPA/PR; Suplente: Silvana Rausis Fcachenco – ASSEMPA/PR; Suplente:  
21 Patrícia Robes Loureiro – SINDJUS/PR; Titular: Terezinha Andrade Possebom –  
22 HUMSOL/PR; Titular: Tania Cristina de Castro Ribeiro – CIAF/PR; Titular: Daniele  
23 Bittencourt Azevedo Perich – FETEC/CUT; Suplente: Gisele Falat – FETEC/CUT;  
24 Titular: Isabela Candeloro Campoi – UNESPAR; **Colaboradores e Convidados:**  
25 Mariana Martins Nunes - NUDEM; Bruna Ravena Braga dos Santos – COPEDH;  
26 Larissa Gentila de Mello Arraes – DIDES/SEJUF; item um; **1) Boas vindas da**  
27 **Presidente:** A Presidente Walquíria cumprimenta as Conselheiras e  
28 Colaboradoras dando boas vindas a todas e pede para darem início aos trabalhos;  
29 item dois; **2) Apreciação e Aprovação da Pauta:** A pauta foi aprovada; item três;  
30 **3) Aprovação da Ata de Novembro:** Ata aprovada pelas presentes; item quatro;

31 **4) Informes do Departamento de Política para Mulheres:** A Presidente  
32 Walquíria inicia os informes do departamento comunicando que telefonou para o  
33 Conselho Nacional dos Direitos da Mulher para saber sobre a Conferência  
34 Estadual dos Direitos da Mulher e lhe informaram que a mesma ainda não tem  
35 data prevista para acontecer porém vão avisar quando for agendada uma data,  
36 conta também que participou da Conferência Municipal de Curitiba que ocorreu no  
37 dia 26 de novembro e que também estavam presentes as Conselheiras Silvana  
38 Rausis, Maria Isabel Pereira Corrêa e outras Conselheiras, diz que foi muito  
39 pertinente essas presenças pela questão de sentir o que estava sendo debatido  
40 naquele momento, as representatividades sociais que ali estavam e foi excelente,  
41 Silvana Rausis pede a palavra, deseja uma boa tarde a todas e diz que isso foi  
42 muito importante porque a integração entre Município e Estado em especial da  
43 capital Curitiba com o Estado, suas causas e demandas, é que vai fortalecer as  
44 necessidades do CEDM, ou seja se cada grupo agir independentemente sempre  
45 se terá várias causas e poucos resultados mas se ao contrário disso otimizarem  
46 as pautas e verem o que tem em comum, conviverem com o nível de debate que  
47 existe, se chega precocemente a resultados pois são alianças fortíssimas entre  
48 ONGs, Movimentos, Grupos e o Estado e finaliza dizendo que é assim que se  
49 deve caminhar na causa da mulher, a Presidente Walquíria continua seus  
50 informes dizendo que como é Conselheira do CEAS – Conselho Estadual da  
51 Assistência Social participou das reuniões descentralizadas desse Conselho em  
52 Foz do Iguaçu nos dias 10 e onze 11 de novembro e estavam presentes  
53 aproximadamente 300 pessoas representantes de Conselhos de todo o Estado do  
54 Paraná, que foi muito grandioso o que foi debatido nessas reuniões, fala sobre  
55 alguns alinhamentos discutidos ou seja, ações que podem ser apropriadas  
56 também para o CEDM, tais como: Fiscalizar, monitorar as ações dos Conselhos  
57 Municipais, Indicar temas a serem discutidos nas reuniões e Conferências dos  
58 Conselhos Municipais, Reunião presencial com participação efetiva dos  
59 representantes dos órgãos governamentais, Plano estadual, Recursos para a

60 política da mulher por meio do LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social,  
61 Planejamento de ações, cursos, palestras e reuniões descentralizadas, sendo as  
62 últimas importantíssimas ou seja, na reunião descentralizada se permanece o dia  
63 todo focado na reunião sem nenhuma outra atividade externa que não seja  
64 referente ao Conselho e isso é muito importante, continua explanando que deve já  
65 se iniciar o alinhamento da Conferência Estadual dos Direitos da Mulher, pensar  
66 em uma cultura social democrática com vistas ao acolhimento da mulher, da  
67 saúde mental da mulher e defesa e garantia dos direitos da mulher, diz que  
68 gostaria de deixar registrado nessa reunião que com a criação no Paraná da  
69 Secretaria Estadual da Mulher e Igualdade Racial tem a esperança de que em  
70 dois mil e vinte e três (2023) a Secretária/Secretário ou seja, a pessoa que venha  
71 tomar a frente dessa Secretaria Estadual saiba conduzi-la de forma adequada,  
72 correta e esteja bem engajada com a luta dos direitos da mulher, diz que é assim  
73 que espera que seja, agradece a todas e fala que independente do papel em que  
74 ela possa se encontrar, que todas as Conselheiras continuem sempre juntas a ela  
75 com esse trabalho e com essa luta, a Conselheira Rosalina Batista pede a palavra  
76 e fala que existia nesse Conselho uma Comissão para tratar da questão da  
77 Conferência Estadual e isso é um ponto que se precisa retomar, fala também  
78 sobre as reuniões presenciais descentralizadas que devem ser realizadas, diz que  
79 não tem condições para comparecer na reunião presencial em Curitiba, então  
80 quer saber quais são os recursos que existem para essas reuniões e quer deixar  
81 isso já como um ponto de pauta para a primeira reunião ordinária do ano de 2023,  
82 pois pensa que a reunião presencial fortalece as discussões e ela gostaria de  
83 participar presencial, a Presidente Walquiria em resposta diz que essas reuniões  
84 foram adiadas devido a pandemia do vírus Covid19 mas vai fazer todos os  
85 esforços possíveis para consolidar essa solicitação no início do ano de 2023,  
86 juntamente com a nova Secretária que vai assumir a Secretaria de Estado da  
87 Mulher, porque realmente existe a necessidade da presença de todas, ou seja, de  
88 forma presencial e não virtual, espera que a Secretaria a ser criada forneça

89 recursos próprios ao Conselho para fazer essas reuniões presenciais, a  
90 Conselheira Carmen pede a palavra e diz que gostaria de colocar que, para poder  
91 planejar a Conferência Estadual para o próximo ano precisa já ter recursos  
92 garantidos no orçamento e pede para o Departamento de Política para Mulheres  
93 verificar como está esse orçamento para o próximo ano, se já está previsto, pois  
94 mesmo que se crie a nova Secretaria da Mulher, dificilmente se terá um  
95 orçamento extra porque o orçamento do ano de 2023 já foi votado em Assembleia,  
96 em resposta a Presidente Walquiria diz que o recurso já foi solicitado ao LOAS e  
97 que a partir de janeiro já se estará trabalhando para realização da Conferência  
98 Estadual, não tendo mais nada a tratar a Secretária passa para o próximo ponto  
99 da pauta; item cinco; **5) Relatório do NUDEM sobre Violência Obstétrica/2022;**  
100 A Colabora Mariana Martins Nunes Procuradora do NUDEM – Núcleo de  
101 Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher inicia desejando uma boa tarde a  
102 todas e começa a sua apresentação compartilhando em tela o Relatório das  
103 Denúncias de Violência Obstétrica encaminhadas ao NUDEM de 19 de outubro do  
104 ano de 2021 até 26 de outubro do ano de 2022, tendo como marca inicial quando  
105 ela assumiu a coordenação do NUDEM em outubro de 2021 e término na data em  
106 que foi implementado o canal de denúncia no site da defensoria em outubro de  
107 2022, diz que acredita ser importante destacar que o projeto nação do Brasil da  
108 Fundação Oswaldo Cruz levantou dados de que, já sofreram algum tipo de maus-  
109 tratos no parto 45% das mulheres atendidas pelo SUS - Sistema Único de Saúde  
110 e trinta por cento 30% das mulheres atendidas pela rede privada, o NUDEM  
111 desde 2018 tem atuado em relação a violências obstétricas e fez uma reunião no  
112 mês de setembro desse ano com o Observatório Nacional de Direitos Humanos  
113 do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos do Governo Federal, para  
114 pedir esses dados de violência obstétrica que são as denúncias que chegam via  
115 Central de Atendimento a Mulher - Ligue 180 e o Disque Direitos Humanos -  
116 Disque 100, mostra em gráfico então os dados obtidos que demonstram que no  
117 Paraná em 2019 tiveram 19 denúncias, em 2020 tiveram 6, em 2021 tiveram 4 e

118 em 2022 tiveram 2 denúncias até o mês de setembro, então percebem que existe  
119 uma subnotificação gigantesca quando se fala em violência obstétrica, em relação  
120 aos números de denúncia encaminhados ao NUDEM neste ano foram 31  
121 denúncias, apesar de ser um número pequeno entende que conseguiram coletar  
122 um número considerável de denúncias, 14 foram encaminhadas ao NUDEM por  
123 meio de um projeto em Francisco Beltrão que basicamente foi uma atuação  
124 Defensoria Pública de Francisco Beltrão articulada com o Conselho Municipal dos  
125 Direitos das Mulheres de Francisco Beltrão e com o NUMAPE – Núcleo Maria da  
126 Penha, esse projeto teve início devido a identificação de uma série de denúncias  
127 relacionadas a três hospitais de Francisco Beltrão quando eles solicitaram o apoio  
128 do NUDEM, então a partir desse fato o NUDEM realizou um formulário para fazer  
129 encaminhamento de denúncias e em três meses receberam essas 14 denúncias,  
130 diz que em relação as denúncias que chegaram ao NUDEM tanto pelo telefone  
131 institucional, email ou encaminhadas de outras defensorias foram essas 14 no  
132 período de um ano, então nota-se que quando se tem um esforço, uma tentativa  
133 de mobilizar as mulheres a denunciarem, ou seja, uma ação de educação em  
134 direitos se conseguem resultados significativos em termos de levantamento de  
135 dados, se considerarem que durante um ano inteiro em todas as comarcas de  
136 Curitiba receberam 14 denúncias e em Francisco Beltrão em um período de  
137 apenas três meses obtiveram o mesmo número, então consegue-se ter um pouco  
138 desse panorama, o gráfico mostra que outras 3 denúncias foram obtidas durante  
139 os atendimentos do NUDEM em inspeções penitenciárias, continua mostrando em  
140 gráfico agora as denúncias oriundas de 10 Comarcas do Paraná onde se tem 45%  
141 de Francisco Beltrão e outras denúncias divididas entre as nove comarcas,  
142 mostra agora sobre o procedimento em que ocorreu essa violência obstétrica  
143 onde observa-se que 54,8% foi durante o parto normal e isso explica o receio que  
144 muitas mulheres tem do parto normal porque de fato muitas ocorrências  
145 acontecem nesse momento, e é nesse sentido uma crítica que o NUDEM e os  
146 Movimentos de Defesa da Mulher também fazem, que é em relação a lei da

147 cesária, com o que essa lei faz, pois como existe muita violência obstétrica em  
148 partos normais as mulheres podem optar por uma cesariana eletiva, quando  
149 entendem que o movimento deveria ser outro, o de que não existisse violência  
150 obstétrica em nenhum procedimento de parto, que o parto normal fosse mais  
151 humanizado e qualificado no Paraná, continua explanando o gráfico que mostra  
152 que, Casos de Abortamento foram quase vinte por cento 20% de denúncias,  
153 dentro desses 20% foram 3 casos que ocorreram no interior do complexo médico  
154 penal de mulheres, prisioneiras gestantes que durante o abortamento sofreram  
155 uma série de violências obstétricas que foram reportadas para o NUDEM, mostra  
156 que em Outros Casos também foram quase 20% de denúncias, dentro desses 20%  
157 foram incluídas as diversas situações como a negativa do acompanhamento de  
158 doula, a negativa de realização de laqueadura para as mulheres que cumprem os  
159 requisitos da lei de planejamento familiar, ou então o encaminhamento para  
160 esterilização compulsória no caso de mulheres que sofrem alguma questão de  
161 saúde mental, no próximo gráfico mostra O Tipo de Violência Obstétrica Sofrida  
162 que foram 30 denúncias e que se dividem em; Violência verbal ou psicológica, em  
163 algumas situações a mulher foi submetida a mais de um tipo de violência, mas  
164 cerca 20 mulheres sofreram esse tipo de violência verbal ou psicológica, que é  
165 basicamente qualquer atitude da equipe de saúde que tenta inferiorizar o  
166 sentimento da mulher, debocha da sua dor, humilha, faz piadas ou profere algum  
167 tipo de xingamento ou constrangimento durante o parto; Violência física e  
168 desrespeito a autonomia quase 10 denúncias, que são os casos em que são  
169 feitas intervenções desnecessárias no corpo da mulher sem o consentimento dela  
170 ou práticas que já não são mais recomendadas pelo Ministério da Saúde, como  
171 por exemplo a episiotomia, a litotomia quando é imposta a mulher na hora do  
172 parto, a manobra de kristeller, lavagem intestinal, tricotomia, negar o uso de  
173 analgesia quando a mesma é pedida pela mulher, conduzir a mulher a realizar  
174 uma cesárea sem necessidade, ou seja, tem uma série de condutas que são  
175 enquadradas como violência física e desrespeito a autonomia da mulher;



176 Violência institucional 15 denúncias, que são as relacionadas a rotina e burocracia  
177 utilizada pela instituição de saúde que dificulta o acesso da mulher ao serviço,  
178 como negar o atendimento a mulher, impedir a presença de acompanhante, entre  
179 outras; e por último a Violência sexual e reprodutiva 15 denúncias, que são as  
180 relacionadas a invasão no corpo e na intimidade da mulher sem consentimento,  
181 incluindo também algumas manobras citadas na violência física, comentários  
182 citados na violência verbal, então tudo isso também configura violência sexual e  
183 reprodutiva, sobre os danos decorrentes dessa violência apuraram que grande  
184 parte dos danos são psicológicos, apuraram situações em que houve dano físico  
185 inclusive ocasionando a perda do bebê, fala que existe muita violência  
186 psicológica, com relatos de transtorno pós traumático, depressão pós parto e  
187 danos sexuais e reprodutivos como por exemplo, por alguma manobra ocasiona-  
188 se uma lesão que fica em determinada região e pode prejudicar a vida sexual da  
189 mulher, fala sobre os encaminhamentos dados as denúncias e aponta que como  
190 havia dito 14 foram relacionadas a Francisco Beltrão, houve então a articulação  
191 do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, da UNIOESTE – Universidade  
192 Estadual do Oeste do Paraná por meio do programa laços, NUMAPE e  
193 Defensoria Pública do Estado, o NUDEM instaurou um procedimento  
194 administrativo para documentar tudo o que estava acontecendo, quando então foi  
195 feito o formulário o qual as mulheres preencheram e assim conseguiram extrair os  
196 dados de forma mais facilitada em relação ao tipo de procedimento, tipo de  
197 violência, aos danos ocorridos, fala que todos esses documentos estão instruindo  
198 esse processo administrativo, oficiaram os três hospitais da região onde  
199 ocorreram os casos, fizeram diversas reuniões com os membros que estão  
200 articulados e houve agora a criação de uma Comissão de Enfrentamento a  
201 Violência Obstétrica no Estado do Paraná, foi encabeçada pela Prefeitura e tem  
202 representantes da Secretaria Municipal de Saúde, dos três hospitais da região, da  
203 Defensoria, do Conselho Municipal da Mulher, do Ministério Público, das doulas e  
204 na primeira reunião inaugural teve a presença da SESA – Secretaria de Estado da

205 Saúde fazendo uma fala bem importante sobre violência obstétrica, sobre a  
206 necessidade de enfrentamento e principalmente de prevenção, continua  
207 explanando com relação ao primeiro caso de negativa de doula durante o parto o  
208 qual teve uma primeira ação que foi o ajuizamento de uma ação cominatória com  
209 pedido de liminar para determinar a presença da doula, ganharam a ação e então  
210 a gestante conseguiu ser atendida pela doula, fizeram uma expedição de  
211 recomendação, encaminharam para a SESA que passou para todas as regionais  
212 e hospitais, então sempre que tem essa negativa ou alguma outra denúncia  
213 oficiam o hospital para saber porque não estão cumprindo a lei, fala agora do  
214 caso de esterilização compulsório que ocorreu quando a Secretaria Municipal de  
215 Castro encaminhou para esterilização uma mulher em razão de algum problema  
216 de saúde mental, o NUDEM fez uma conversa com a família, para explicar que a  
217 esterilização sem o consentimento dela seria ilegal, violaria os direitos humanos  
218 dela e fez uma recomendação, então a família acabou desistindo de prosseguir  
219 com o procedimento, falando agora dos 3 casos de negativa a laqueadura, o  
220 NUDEM oficiou a Secretaria Municipal de Saúde, os hospitais que teriam feito o  
221 atendimento e da articulação com a procuradoria da mulher da ALEP –  
222 Assembleia Legislativa do Paraná que fez a ponte com as Procuradorias  
223 Municipais foi então ajuizada a ação para que fosse garantido o direito da  
224 realização das laqueaduras dessas mulheres, então a Procuradoria da Mulher  
225 garantiu esse direito, continua falando agora dos 3 casos de aborto no complexo  
226 médico penal, que os mesmos estão em processo de ajuizamento de ações  
227 indenizatórias contra o estado do Paraná, essas três mulheres sofreram uma  
228 série de tratamentos inadequados durante a sua estadia na prisão e acabaram  
229 tendo o abortamento, ocorreu a violência obstétrica durante o abortamento por  
230 não sido dado atendimento adequado, orientações adequadas e pela violência  
231 psicológica a que foram acometidas, falas do tipo “que bom que perdeu o bebê  
232 pois não seria bom ter uma mãe prisioneira”, continua explanando com relação  
233 aos 2 casos de negativa de aborto legal em razão da Síndrome de Body-Stalk,



234 que é um caso grave aonde não existe a chance de vida extrauterina, e que o  
235 hospital negou o pedido, então precisaram entrar com um pedido de autorização  
236 judicial para o aborto e o outro caso de negativa de aborto legal foi relacionado  
237 ao caso de estupro em razão da idade gestacional, no qual a mulher estava com  
238 vinte duas semanas de gravidez mas o hospital só faria a interrupção da gravidez  
239 somente até as vinte semanas, nesse caso tentaram conversar com a direção do  
240 hospital dando um parecer de que não existe a limitação de idade gestacional em  
241 lei, que em caso de estupro deve ocorrer a interrupção, porém não conseguiram  
242 anular a negativa, então fizeram o encaminhamento da mulher para o NUAVIDAS  
243 – Núcleo de Atenção Integral as Vítimas de Agressão Sexual, da UFU –  
244 Universidade Federal de Uberlândia que faz esse procedimento em qualquer  
245 etapa gestacional, por fim esse caso foi bem complicado, emblemático, fazendo  
246 assim com que o NUDEM pensasse na implementação do Fórum de Aborto Legal  
247 do Paraná que foi implementado há aproximadamente dois meses, já fizeram  
248 duas reuniões do fórum para justamente fortalecer os serviços, ampliar e qualificar,  
249 fala que esses foram os principais encaminhamentos e continua sua  
250 apresentação informando que o decreto número 11570/2022 que regulamentou a  
251 lei número 19.701/2018 que dispõe sobre a violência obstétrica e sobre os direitos  
252 da gestante e da parturiente, colocou o NUDEM como um dos canais receptores  
253 de denúncias de descumprimento de leis que entendem como denúncias de  
254 violência obstétrica, juntamente com os demais canais que são a Ouvidoria Geral  
255 da Saúde no Paraná, a Central de Atendimento a Mulher – Disque 180, o  
256 Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná e o Ministério Público do  
257 Paraná, finaliza dizendo que o NUDEM entende que facilitar os canais de acesso  
258 é um dos mecanismos mais importantes para se conseguir fazer um mapeamento  
259 dos casos, fazer o levantamento dos casos e a partir daí poder fazer o diagnóstico  
260 de como está a situação da violência obstétrica no Estado do Paraná, para então  
261 propor políticas públicas, poder monitorar os hospitais e monitorar aonde que  
262 estão acontecendo essas violências, então é muito importante ter os dados, sem

263 os dados não se consegue fazer política pública, em relação ao canal de  
264 denúncias do NUDEM ela mostra em slide o site da Defensoria Pública do Estado  
265 do Paraná, mostra que abrindo o tópico Institucional já aparecem os Núcleos  
266 Especializados que contém todas as Resoluções, Protocolos, Cartilhas e o  
267 Formulário de Violência Obstétrica, então abrindo a página do formulário se tem  
268 acesso a cartilha que explica o que é a violência obstétrica e que busca subsidiar  
269 as mulheres que irão fazer essa denúncia, é uma cartilha bem simples para quem  
270 está ouvindo pela primeira vez sobre violência obstétrica possa ter uma ideia de  
271 como se caracteriza esse tipo de violência e tem o formulário a ser preenchido  
272 pelas mulheres que desejem fazer a denúncia, sendo que a partir desse  
273 formulário marcam uma data para as mulheres que queiram atendimento para  
274 orientação jurídica e suporte multidisciplinar a ser realizado pela equipe técnica do  
275 NUDEM que é constituída por uma assistente social e uma psicóloga, então se a  
276 mulher disser que sim, que deseja fazer a denúncia o NUDEM tem um prazo de  
277 quinze 15 dias úteis para entrar em contato, marcar o agendamento e fazer essa  
278 orientação para a mulher, fala que esse formulário preenchido pela mulher vai  
279 direto para um email próprio o qual somente ela tem acesso, então a mulher não  
280 precisa ter receio de estar denunciando para o Ministério Público, polícia ou para  
281 lugar nenhum, é apenas para que o NUDEM possa fazer o levantamento  
282 estatístico e dar o retorno no atendimento, os dados são todos sigilosos e pedem  
283 para se identificar justamente para poder fazer a coleta dos dados e depois entrar  
284 em contato, finaliza agradecendo e diz que fica a disposição para quaisquer  
285 dúvidas, questionamentos e esclarecimentos, a Vice Presidente Maria Isabel  
286 deseja uma boa tarde a todas, pede desculpas pelo atraso de chegada na reunião  
287 explicando que as estradas estavam muito movimentadas e pergunta a Mariana  
288 se essa Comissão de Enfrentamento a Violência que foi formada tem relação com  
289 o Comitê Comissão Estadual de Morte Materna, pois acredita que as questões  
290 estão bem ligadas e precisa se fazer com que esse Comitê participe dessa pauta  
291 para poder se ter o tramite dos dados estatísticos apresentados por ela e que são

292 importantíssimos para esse Conselho, Mariana responde que não tem relação  
293 com o Comitê de Morte Materna, que essa Comissão de Enfrentamento a  
294 Violência foi criada pela prefeitura de Francisco Beltrão juntamente com o  
295 Conselho Municipal da Mulher, Secretaria Municipal de Saúde, Ministério Público,  
296 NUDEM e representante das doulas também, que essa Comissão vai pensar nos  
297 protocolos dos hospitais que fazem os partos, na infraestrutura das salas de  
298 partos, oficial esses hospitais quando houver denúncias, então é dessa forma que  
299 o NUDEM está trabalhando e não tem ainda relação com o Comitê de Morte  
300 Materna, não são discutidos casos individuais de denúncias, eles são sigilosos,  
301 não são compartilhados, nem serão e no Comitê de Morte Materna são  
302 analisados os casos específicos, Maria Isabel diz que enquanto Conselho tem  
303 que se encontrar uma forma para que as coisas que acontecem localmente  
304 também incidam nesse Conselho que é um Conselho Estadual, diz que a  
305 apresentação de Mariana foi muito clara, tem cartilha da própria defensoria, então  
306 existe um trabalho de peso que poderia ser compartilhado, tanta coisa  
307 acontecendo localmente e isso é preocupante pois isso tudo não chega ao  
308 Conselho, não chega para discussão nas pautas desse Conselho e então  
309 questiona até onde enquanto Conselho está sendo fiel a aquilo que se  
310 propuseram a representar, ou seja, essas questões trabalhadas devem chegar  
311 para discussão nesse Conselho até mesmo para facilitar para que outros  
312 Municípios do Estado também tenham acesso a essas discussões, Mariana diz  
313 que concorda e que o NUDEM já tentou integrar o Comitê de Morte Materna como  
314 ouvinte porém não conseguiu ainda, mas tem intenção de fazer isso pois seria  
315 muito importante a participação de pessoas da área da saúde, a Conselheira  
316 Silvana Rausis pede a palavra, parabeniza Doutora Mariana e fala que com  
317 relação a essa integração com pessoal da saúde existe o VIGIASUS que é o  
318 programa do governo de qualificação da vigilância em saúde e se presta a esse  
319 tipo de levantamento de dados de violência obstétrica também, diz que gostaria  
320 de saber a procedência dessa violência, se ela tem origem no profissional médico

321 ou no serviço de enfermagem pois são dois patamares isolados, com suas  
322 organizações representativas e fala que o acesso aos profissionais de  
323 enfermagem é mais fácil então sugere convocá-los, trazê-los mais próximos e  
324 determinar de acordo com a lei os procedimentos dentro da sua entidade  
325 representativa, fala sobre a cartilha com informações sobre violência obstétrica  
326 apresentada por Mariana e conta que viu na Conferência Municipal da Mulher em  
327 Curitiba uma cartilha excepcional sobre os temas de gênero, com uma linguagem  
328 muito simples, pensa que até uma menina de 8 anos se ler a mesma fica  
329 capacitada, a cartilha dá todos os canais, orientações e inclusive as terminologias,  
330 finalizando diz que esse Conselho poderia fazer um chamamento das entidades,  
331 dos profissionais de enfermagem para discutirem essas questões de violência  
332 obstétrica, a Conselheira Carmen pede a palavra e parabeniza Mariana pela  
333 apresentação porque realmente o esforço foi grande, partiu do nada até começar  
334 a ter alguma coisa em termos de informação, de qualificação da informação e que  
335 os dados são muito importantes, não só os dados estatísticos mas todo o trajeto  
336 que o NUDEM percorreu, fala que em relação ao Comitê de Morte Materna no  
337 qual ela faz parte, tiveram uma reunião na sexta-feira passada, que geralmente  
338 as reuniões do Comitê são a cada três meses, são quatro reuniões por ano e que  
339 não pediu para incluir nessa pauta da reunião de hoje porque a mesma já estava  
340 fechada quando houve reunião e pensa que não daria para discutir todo o  
341 relatório e nem ela havia conseguido se apropriar de tudo que tinha sido  
342 apresentado, fala que na quinta-feira recebeu a apresentação dos dados  
343 estatísticos sobre morte materna, infantil e fetal e um estudo mais detalhado que  
344 ela havia pedido sobre as mortes maternas por covid19 e a reunião já era no dia  
345 seguinte as 10 horas da manhã, então não teve tempo de ler todo o material e se  
346 apropriar desse material o qual ela deveria ter recebido antecipadamente, a  
347 reunião ocorreu das 10 as 12 horas e foram apresentados todos os dados  
348 estatísticos, as análises e também as várias ações que a SESA fez em relação a  
349 questão da obstetrícia e da mortalidade materna, então teve uma apresentação

350 vasta nessa reunião, mas consegue dizer que a análise técnica sobre os óbitos  
351 maternos é feita pela equipe técnica da SESA – Secretaria de Estado da Saúde, o  
352 Comitê de Mortalidade Materna Infantil e Fetal somente recebe essa  
353 apresentação mas ele não analisa os dados internos, fala que a equipe técnica de  
354 saúde primeiramente faz a análise de todos os óbitos de mulheres em idade fértil  
355 que não tenham uma causa pré definida, para verificar se a mulher não estava  
356 gestante quando foi acometida por algum problema que a levou a óbito, depois  
357 disso é definido de fato quantas mortes realmente são caracterizadas como óbitos  
358 maternos a partir dessa análise detalhada, após isso são avaliadas que tipo de  
359 morte materna ocorreu, se foi por causas diretas, indiretas ou outras causas e a  
360 seguir é aplicada também uma avaliação de evitabilidade do óbito que ela pensa  
361 ser de extrema importância, ou seja, dos óbitos que ocorreram quantos poderiam  
362 ter sido evitados e o que determinou os mesmos, os técnicos trabalham com a  
363 análise em três níveis de espera, se foi de espera muito longa para que a própria  
364 parturiente percebesse a gravidade e procurasse ajuda, se foi da espera para ter  
365 acesso a essa ajuda ou se foi da espera no sentido do tempo em que foram  
366 tomadas as medidas necessárias, toda essa análise chega pronta para o Comitê  
367 de Morte Materna já com as conclusões, também é apresentado ao Comitê as  
368 capacitações, as notas técnicas que a SESA fez em relação a esses problemas,  
369 fala que é importante observar que após a última análise e avaliação de morte de  
370 gestantes, após a vacinação das mesmas não houve mais nenhum caso de óbito  
371 materno por covid19 o que foi uma grande conquista, diz que ainda não dá para  
372 trabalhar com os óbitos maternos do ano de 2022 pois só em março ou abril do  
373 ano que vem é que se fecha a análise dos mesmos, de dados dos nascidos vivos,  
374 para poder fazer os indicadores, aparentemente teve um decréscimo, voltou ao  
375 patamar de antes da pandemia em termos de morte materna, mas a grande  
376 maioria delas foram consideradas mortes evitáveis e o tempo de espera mais  
377 importante foi o do serviço, em tomar as medidas, então se vê que ações  
378 precisam ser tomadas na questão do serviço, finaliza dizendo que era isso que

379 pode explanar até esse momento e que deve ser colocada logo no início do  
380 próximo ano essa pauta para apresentação dos dados obtidos nessa da reunião  
381 do Comitê de Óbito Materno, diz que é um trabalho feito pela SESA e que o  
382 comitê recebe, um trabalho feito provavelmente com alguns componentes do  
383 Comitê que estão diretamente ligados a área da saúde, ou seja, profissionais da  
384 saúde que então ajudam a fazer essa análise, somente supõe, porque nunca viu  
385 um chamamento de comissão técnica então não sabe exatamente como é esse  
386 procedimento, se é só uma análise dos técnicos da SESA ou se conta com a  
387 análise de técnicos vinculados a sociedades científicas da área e também das  
388 Universidades, Mariana pede a palavra, agradece a Carmen e diz que gostaria de  
389 responder a pergunta feita anteriormente pela Conselheira Silvana Rausis com  
390 relação a classe profissional que teria sido responsável pela violência obstétrica,  
391 se médicos ou enfermeiros e responde que o NUDEM ainda não conseguiu  
392 sistematizar esses dados mas já pediram para incluir no novo formulário o pedido  
393 para que as denunciantes identifiquem se foi médico, da enfermagem,  
394 administrativo ou outros, para justamente poderem no próximo relatório que será  
395 feito daqui seis meses apresentar esses dados, a Presidente Walquiria pede a  
396 palavra para complementar que há 25 anos atrás passou por essa situação, por  
397 negligência médica, a médica que estava a acompanhando na gestação não fez  
398 nenhum registro de suas consultas, quando entrou no sétimo mês de gravidez  
399 começaram os problemas, enorme inchaço, a médica simplesmente disse para  
400 diminuir a quantidade de sal nas refeições sem pedir para ela retornar ao  
401 consultório para verificar o problema através de exames, depois disso sofreu uma  
402 queda e a partir dessa queda foi constatado a pré-eclampsia, após 4 dias entrou  
403 em eclampsia, ficou entre a vida e a morte por 12 dias, o bebê nasceu em cesária,  
404 sobreviveu 30 horas e foi a óbito, após 20 dias do ocorrido ela recebeu uma visita  
405 da Secretaria Municipal da Saúde de Curitiba visto que o Hospital Santa Brígida  
406 passou todas as informações para a Prefeitura que repassou para a Secretaria,  
407 então fala que a Prefeitura faz todo um levantamento dos casos de bebês que



408 foram a óbito, fala que vendo os casos que a doutora Mariana e Carmen estavam  
409 apresentando sentiu a necessidade de contar a sua história e finaliza dizendo que  
410 é o momento de fortalecer a câmara de debate e buscar esses outros segmentos,  
411 ver se a Prefeitura de Curitiba ainda faz esse acompanhamento, a Conselheira  
412 Carmen responde para Walquiria que esse é o trabalho inicial do Comitê de Morte  
413 Materna, que ele começa no Município então o Município tem que fazer o que fez  
414 no caso dela, para apurar a causa dessa morte e preencher todo o procedimento  
415 investigativo, depois é encaminhado para a Regional de Saúde, da Regional de  
416 Saúde vai para o Comitê de Nível Central que vai receber esses dados e finaliza  
417 dizendo que isso ainda é feito por todas as Prefeituras do Paraná porque esse é o  
418 procedimento do Comitê de Investigação de Óbito, Walquiria agradece pelo  
419 esclarecimento, Doutora Mariana pede a palavra e diz que sente muito que  
420 Walquiria tenha passado por essa perda do bebê e quase ter perdido a vida  
421 também, fala da necessidade de se pensar de forma conjunta porque realmente a  
422 violência obstétrica é a principal causa de morte materna evitável, a Conselheira  
423 Silvana Rausis pede a palavra e diz que não vai estar presente na próxima  
424 reunião do Conselho Municipal de Saúde no qual ela faz parte, vai estar em  
425 viagem, mas diz que pode depois encaminhar um pedido deste Conselho  
426 Estadual para o Conselho Municipal para obter o levantamento de dados de  
427 violência obstétrica feito pelo mesmo, para se ter um relatório mais  
428 pormenorizado, não tendo mais nada a tratar a Secretária passa para o próximo  
429 ponto da pauta; item seis; **6) Informes da Comissão de Violência Contra a**  
430 **Mulher;** A Conselheira Carmen fala que foi feita uma reunião da Comissão de  
431 Enfrentamento a Violência Contra a Mulher com a presença da Bruna Ravena  
432 Presidente do COPEDH que levantou a proposta de ter uma ação em relação a  
433 violência sexual, assédio sexual, dentro dos transportes coletivos rodoviários  
434 intermunicipais, interestaduais e transportes aéreos, nessa reunião foram feitas  
435 algumas propostas e uma delas seria levantar sobre legislação que já tivesse sido  
436 aprovada ou que estivesse ainda na forma de projeto de lei sobre esse tema e

437 também foi decidido levantar alguns dados junto as empresas de transporte,  
438 Secretaria de Segurança, porém a Comissão não se reuniu mais a partir dessa  
439 deliberação então conta que fez um levantamento pela internet selecionando  
440 algumas legislações mais próximas ao tema pois a maioria das legislações se  
441 referem ao âmbito municipal portanto ao transporte público urbano, selecionou  
442 algumas leis e projetos de lei que estão tramitando, enviou para as componentes  
443 da Comissão via e-mail, fala que já havia sido feita uma consulta a Secretaria de  
444 Segurança por meio da Representante nesse Conselho Alcileny e a mesma falou  
445 que não tem nenhum dado específico que pudesse fornecer a respeito desse  
446 tema, fala que a partir desse levantamento ela fez uma proposta de que na  
447 medida em que existe projeto de lei do deputado Alexandre Frota já tramitando,  
448 que se pudesse fazer uma consulta se esse projeto pode ainda receber emendas  
449 e se possível fazer então a emenda, propor uma emenda através de alguma  
450 deputada federal que pudesse fazer esse trabalho, isso seria mais simples e  
451 rápido pois como já existe um projeto de lei poderia somente fazer o adendo,  
452 pularia todas as etapas de achar alguém para fazer o estudo, levantar dados e  
453 escrever o projeto, finaliza dizendo que esta seria a sua proposta e pergunta se  
454 Bruna levantou algum dado, a Vice Presidente Maria Isabel pede a palavra, dá  
455 boas vindas a Bruna Ravena do COPEDH e pede licença nesse plenário para que  
456 Bruna possa falar além dessa questão também uma outra que não está em pauta  
457 mas que Bruna gostaria de apresentar, Bruna pede a palavra, agradece as boas  
458 vindas que esse Conselho lhe dá sendo uma mulher trans e Presidente do  
459 COPEDH – Conselho Permanente de Direitos Humanos o qual ela representa,  
460 fala que sobre os encaminhamentos feitos pela COPEDH ainda não obtiveram  
461 respostas e que a proposta trazida pela Conselheira Carmen é muito importante,  
462 de fazer a emenda da lei tramitada, só precisa saber se já passou por alguma  
463 Comissão porque do momento em que ela tramita dentro da Comissão já não se  
464 pode fazer muita coisa pois já foi feito todo um estudo perante isso, conta que foi  
465 convidada por Carmen Costa de Curitiba para participar do evento Seminário

466 Nacional de Profissionais do Sexo e como trabalha com a política das  
467 profissionais do sexo de Foz do Iguaçu, sejam mulheres trans ou cisgênero,  
468 participou do evento, onde no mesmo tiveram discussões sobre violência de  
469 gênero, sobre a construção da lei Gabriela Leite, lei esta com nome de uma  
470 ativista Brasileira que lutou pelos direitos das prostitutas, que essa lei precisava  
471 ser reconstruída para compreender o contexto das mulheres profissionais do sexo  
472 com relação as porcentagens pagas por elas, mas o maior enfoque de discussão  
473 nesse evento foi em relação a divulgação da CBO – Código Brasileiro de  
474 Ocupação regulamentado em 2002 onde consta a classificação de profissional do  
475 sexo, elas gostariam que fosse mais difundido isso, que fosse feita uma  
476 campanha através da Previdência Social, do INSS, para que as mulheres  
477 profissionais do sexo pudessem fazer a contribuição previdenciária através do  
478 CBO, pois muitas nem sabem da existência do CBO principalmente as mulheres  
479 da região sul do país, então gostariam que fosse trabalhado isso, fala que esteve  
480 presente no evento como representante do COPEDH para ouvir todas as  
481 demandas dessas mulheres profissionais do sexo, foram várias as reivindicações,  
482 fala que dentro do Estado do Paraná existem somente duas unidades que  
483 trabalham com mulheres profissionais do sexo, então que se possa através das  
484 áreas de saúde chegar até essa população, chegar o pessoal da equipe  
485 epidemiológica, o pessoal de prevenção a HIV/AIDS, diz que outra coisa que  
486 foge dessa pauta mas ela tem observado é com relação as filas preferenciais que  
487 não estão mais existindo nas rodoviárias, filas para idosas e a maioria da  
488 população de pessoas idosas são mulheres, por isso traz essa informação para  
489 esse Conselho da Mulher, finaliza agradecendo e dá parabéns pela criação da  
490 Secretaria da Mulher que foi uma luta de construção muito grande desse  
491 Conselho para o governo ter esse comprometimentos com as mulheres do Estado  
492 do Paraná, a Vice Presidente Maria Isabel pede a palavra e diz que com relação a  
493 proposta da Conselheira Carmen acha bem importante fazer esse  
494 encaminhamento, que na próxima legislatura federal vai ter uma mulher feminista

495 do Paraná, a Carol Dartora e pensa que pode se fazer um contato enquanto  
496 Conselheiras para ver se existe a possibilidade de encaminhar diretamente ou se  
497 faz isso oficialmente, então fala que seria importante a Comissão de  
498 Enfrentamento a Violência contra a Mulher se reunir pelo menos virtualmente, ou  
499 se já tem esclarecimento suficiente, dar o encaminhamento da proposta da  
500 Conselheira Carmen e deixa aberta essa questão para deliberar, se faz o  
501 encaminhamento de Carmen ou a Comissão se reúne para maiores  
502 esclarecimentos, sobre a outra questão que a Bruna traz sobre as profissionais do  
503 sexo acredita que a maioria das Conselheiras presentes desconhece esse tema,  
504 mas sabe que existe uma discussão bem grande sobre a profissão ser  
505 considerada legalizada ou não, existe uma cisão muito grande, não existe um  
506 consenso, existem mulheres que não querem a legalização da profissão e tem  
507 outras que consideram que sim seria importante a legalização, acha que é uma  
508 pauta importante para esse Conselho acolher pois existe uma grande parcela de  
509 mulheres que são profissionais do sexo, principalmente mulheres trans que são  
510 as menos assistidas, em piores condições porque normalmente estão nas ruas,  
511 então acredita que esse Conselho tem que abrir essa pauta sim e fazer parceria  
512 com o COPEDH, com o Conselho de Saúde no qual tem uma Comissão de  
513 Saúde da Mulher e o CEDM tem que ter uma relação mais estreita com essa  
514 Comissão de Saúde para que se possa fortalecer esse tipo de pauta e finaliza  
515 agradecendo a presença de Bruna, Bruna pede a palavra e diz que sobre a  
516 questão de reconhecer ou não a legalização da profissão, pensa que o que elas  
517 mais reivindicaram é que se tenha uma legislação que vise a questão  
518 previdenciária porque se for analisar as mulheres profissionais do sexo estão  
519 mais vulneráveis nas questões da saúde, segurança, carga horária de trabalho  
520 elevada para conseguir se alimentar, muitas horas em pé em pontos específicos  
521 das ruas e correndo riscos, esses pontos específicos são de muito risco pois lá se  
522 encontram pessoas do tráfico de drogas, assaltantes, então devem ficar caladas  
523 senão morrem, fala que são prisioneiras do lugar, que ela própria veio desse lugar,

524 ela como profissional do sexo trans que não tinha política nenhuma, viu que lá  
525 não era mais o seu lugar de fala e sim onde está hoje, lutando por aquelas que  
526 não tem voz e o que a maioria delas reivindica é que o Código Brasileiro de  
527 Ocupação seja reconhecido, que tenha uma revisão na Previdência  
528 reconhecendo a profissão do sexo diminuindo a data de validade corporal e até  
529 de contribuição, porque trabalham mais de 12 horas por dia, tem mulheres  
530 profissionais do sexo que são mães, conta que presenciou a violação de tirarem a  
531 vida de uma mulher cisgênero que tinha três filhos e inclusive nesse dia ela  
532 estava comprando medicamentos para seus filhos, sua vida foi ceifada e a  
533 Segurança Pública não deu respostas até hoje sobre o que aconteceu, então fala  
534 que as vezes se sente incapaz de poder lutar por pessoas que precisam ser  
535 defendidas e saber que a Segurança Pública não vai fazer nada, por exemplo  
536 quando se telefona dizendo que uma profissional do sexo foi estuprada a resposta  
537 que dão é “ela quem quis estar lá, deixa para lá”, fala que ninguém tem o direito  
538 de julgar o que a pessoa escolhe para a sua vida, diz que como Conselho dos  
539 Direitos Humanos, como Conselho dos Direitos da Mulher precisam intervir  
540 nesses espaços, diz que se elas não chegam até os Conselhos, os Conselhos  
541 devem chegar até elas, continua falando de uma preocupação delas que é sobre  
542 a questão da regulamentação que precisa ser reescrito o seu contexto, as  
543 especificidades do que se vai cobrar sobre a questão de porcentagem, conta que  
544 quando se trabalha em cabarés por exemplo, se a profissional do sexo ganha 100  
545 reais, 50 reais tem que dar para o cabaré, porque está lá comendo, bebendo e  
546 dormindo, também tem que consumir o que o cabaré tem para vender, bebidas  
547 alcoólicas, drogas e pagar por elas pois o cabaré ganha com tudo isso, então tem  
548 que haver uma regulamentação sobre essas porcentagens, finaliza dizendo que a  
549 maior preocupação mesmo das profissionais do sexo muito discutida no  
550 Seminário foi a questão do Código Brasileiro de Ocupação porque isso reflete nas  
551 questões de auxílio doença, auxílio maternidade e demais benefícios, a  
552 Conselheira Lara Cubis da RFS – Rede Feminista da Saúde pede a palavra e

553 agradece a presença de Bruna nesse Conselho, diz que foi muito esclarecedor e  
554 emocionante o depoimento dela, conta que esteve na Conferência de Mulheres  
555 na ONU e no Forum Feminista Latino Americano e Caribenho e essa questão que  
556 a Maria Isabel colocou sobre a regulamentação ou não de profissionais do sexo  
557 foi um ponto bastante polêmico durante o Forum Feminista, pensa que os  
558 Conselhos Municipal, Estadual e Nacional devem estar dentro dessa discussão  
559 que são pontos importantíssimos trazidos por Bruna e que as vezes passam  
560 despercebidos, diz que esteve com a companheira do Paraguai Lucy Esquivel  
561 que esteve nesse Seminário de Profissionais do Sexo e que ela também trouxe  
562 essa pauta, fala que lamenta que de alguma forma as profissionais do sexo não  
563 estejam representadas no Conselho dos Direitos da Mulher mas gostaria de dizer  
564 que Bruna e as entidades que as representam podem contar com esse Conselho  
565 para pautar, discutir, lutar por direitos, fala que independente de ser da RFS ela  
566 também trabalha na Secretaria Municipal da Saúde na área de acidentes com  
567 material biológico e na Secretaria recentemente discutiram que acidente de  
568 trabalho com material biológico não é só aquele que enfermeiro, médico, dentista,  
569 profissional da saúde sofre, mas também os que profissionais do sexo sofrem na  
570 sua profissão, diz que como Bruna já falou precisa se ter dados para estabelecer  
571 políticas públicas e a Secretaria Municipal da Saúde não tem nenhum dado de  
572 acidente de trabalho com o profissional do sexo, então precisa se começar a fazer  
573 essas notificações, essas interlocuções com as profissionais do sexo para  
574 começar a ter dados sobre a saúde relacionada ao trabalho e finaliza dizendo que  
575 conforme essa discussão amadureça ela gostaria de entrar em contato com  
576 Bruna para discutir o assunto, a Conselheira Rosalina pede a palavra e diz que a  
577 proposta da Carmen com relação a emenda no projeto de lei que já está  
578 tramitando sobre violência nos transportes coletivos deve ser encaminhada,  
579 porque daria mais agilidade ao processo, mas que é uma questão bastante difícil  
580 lidar com transporte de empresas, quanto a pauta das profissionais do sexo fala  
581 que deve se considerar as mulheres como iguais e poderia através da Comissão



582 de Violência Contra a Mulher com o apoio do COPEDH fazer um debate talvez  
583 uma pauta para reunião de fevereiro de 2023 para discutir a feitura de um projeto  
584 de lei para que se tenha o reconhecimento dessas profissionais do sexo, a  
585 Conselheira Silvana Rausis pede a palavra e fala que Bruna coloca basicamente  
586 uma questão de cidadania, tipo “eu me aposento, eu tenho minha carteira de  
587 trabalho, eu pago meus tributos, eu sou gente”, fala que é proibido o trabalho de  
588 menores no país, porém a maioria das meninas são as que mais estão na  
589 prostituição, cita o caso Flordelis que escandalizou o país, que pastor Anderson  
590 tinha uma atividade sexual constante com meninos também, porém virou santo  
591 porque morreu, então fala que tem que se analisar, indagar, quem está na rua  
592 vendendo o seu corpo, por que, onde começou, quando começou, diz que a  
593 sociedade usa o serviço do sexo então é um trabalho por um serviço, os homens  
594 usam muito, sendo a maioria deles casados, finaliza dizendo que precisa-se então  
595 ter esse olhar muito mais abrangente, não somente para profissionais do sexo  
596 mulheres trans mas também meninas e meninos, Bruna pede a palavra, agradece  
597 a contribuição e fala que não quer trazer nenhum estigma para a população de  
598 mulheres, mas hoje em dia 40% das mulheres que estão se infectando com  
599 doenças, com vírus do HIV e outras doenças infecto contagiosas sexualmente  
600 transmissíveis são as mulheres a partir de 40 anos de idade, mulheres casadas,  
601 que possuem um lar, donas de casa, fala que as mulheres que hoje estão lutando  
602 por essa política de regulamentação da profissão do sexo são mulheres que  
603 começaram a se prostituir com 14,15,16,17 anos e conta que quando ela se  
604 identificou como uma mulher trans foi com a idade de 14 anos e como só se viam  
605 travestis durante a noite ela se produziu de mulher e foi para esse meio de  
606 prostituição e ali ela se identificou com essas mulheres porque era o único lugar  
607 de sobrevivência dela e dessas mulheres que não tinham nenhum grau de  
608 instrução, pois até para ser faxineira precisa-se de referências, a Presidente  
609 Walquiria pede a palavra e diz que Bruna trouxe hoje a desconstrução de vários  
610 estigmas que todas ainda tem e que ainda perpetuam na sociedade, e isso a faz

611 pensar que juntas podem construir alguma coisa para despertar nessa sociedade,  
612 fala que tem um lema usado desde o ano 2006 que é “nada sobre nós sem nós”,  
613 usado no Conselho do Idoso e que pode também ser usado para as mulheres  
614 trans porque o que Bruna trouxe nessa pauta traduz uma nova construção de  
615 direitos que se deve buscar, conta que no CRAM- Centro de Referência de  
616 Atendimento a Mulher trabalham com atendimentos a prostitutas e tem também o  
617 COA – Centro de Orientação e Aconselhamento a pessoas com doenças  
618 sexualmente transmissíveis, para o qual encaminham as profissionais do sexo se  
619 assim elas o desejarem, então um bom profissional da assistência social,  
620 psicologia e jurídico quando trabalha com pessoas em situação de violência, se  
621 coloca no lugar do outro e quando se coloca no lugar do outro entende  
622 exatamente o que a pessoa está passando e vivenciando, fala que Bruna deve ter  
623 sofrido muitos tipos de violência e indaga, quem estava lá para ajudá-la, ninguém,  
624 finaliza dizendo a Bruna que tenha certeza que não somente enquanto conselho  
625 vão trabalhar interconselhos CEDM, COPEDH, CEDI e também Núcleo do Tráfico  
626 de Mulheres, portanto que Bruna sinta-se acolhida e que as respostas e serviços  
627 serão buscados em prol da formalização legal da aposentadoria das mulheres  
628 profissionais do sexo, Bruna agradece e diz que o COPEDH está sempre a  
629 disposição, que é muito importante se trabalhar de forma intersetorial, que gera  
630 muito mais força, pede também para Conselheira Carmen aguardar os retornos  
631 dos ofícios enviados para estarem mais embasadas, para então dar  
632 prosseguimento a sua proposta de emenda do projeto de lei em tramite, a Vice  
633 Presidente Maria Isabel pede a palavra e conta que uma moça estava viajando  
634 entre duas capitais nordestinas, de Fortaleza a Recife e foi esfaqueada no rosto  
635 dentro do ônibus e isso reforça a pauta sobre violência contra mulheres nos meios  
636 de transportes que Bruna trouxe e esse Conselho acolheu, fala também que  
637 precisa se deliberar sobre a questão que a Conselheira Carmen trouxe, Carmen  
638 fala que como Bruna falou anteriormente a COPEDH enviou os ofícios e está  
639 aguardando o retorno, mas pensa que se puderem já procurar alguma deputada

640 federal que possa orientá-las sobre essa proposta, já se vai caminhando,  
641 pergunta o que todas acham, Maria Isabel fala para Carmen que pode se fazer  
642 também enquanto Conselho Estadual uma correspondência para o Conselho  
643 Nacional, Bruna fala que já enviou ofício para o Conselho Nacional dos Direitos  
644 da Mulher, Maria Isabel diz que vai cobrar resposta do ofício com uma amiga dela  
645 que é do Conselho Nacional e que é da mesma entidade dela a UBM - União  
646 Brasileira de Mulheres e pergunta para Carmen se seria extra oficial esse  
647 encaminhamento para as deputadas ou seria pelo CEDM, Carmen responde que  
648 seria pelo Conselho, fazendo uma consulta para saber se é possível fazer a  
649 emenda do projeto de lei incluindo esse problema da pauta, não sabe em que  
650 fase está esse projeto então precisa-se do assessoramento nesse sentido, se o  
651 projeto pode sofrer emendas ou não, também não sabe com quem fazer isso,  
652 com qual deputada federal, Maria Isabel fala que poderia ser com a deputada  
653 Carol Datora porém a legislatura dela já está no final, Bruna fala da deputada  
654 Gleisi Hoffmann e sugere marcar uma audiência com uma dessas deputadas para  
655 fazer esse diálogo, levar essa demanda, Maria Isabel pensa que agora nesse final  
656 de ano será muito difícil conseguir essa audiência e sugere que enquanto  
657 Conselho seja feito somente o encaminhamento dessa demanda para uma das  
658 deputadas federais do Paraná que ainda está em exercício ou para a Presidência  
659 da Câmara ou para Comissão de Política dos Direitos da Mulher, ou deixar para  
660 fazer isso no mês de janeiro quando a deputada Carol Datora já estará  
661 empossada, aí sim pode-se enviar uma correspondência oficial para ela, Carmen  
662 concorda com Maria Isabel, então fica proposto o encaminhamento de enviar  
663 ofício para deputada federal Carol Datora em janeiro de 2023, Maria Isabel  
664 pergunta se todas concordam, para darem um “ok” pelo chat, todas concordam e  
665 fica deliberado, a Conselheira Rosalina diz que tem livre acesso ao deputado  
666 Alexandre Frota que faz parte da Comissão dos Direitos da Mulher e é o relator  
667 do projeto de lei relacionado a violência contra a mulher, Maria Isabel fala que  
668 isso é ótimo, que todo apoio é fundamental, que uma conversa com ele seria

669 muito oportuno, a Conselheira Carmen comenta que o deputado Alexandre Frota  
670 não foi reeleito como deputado, Maria Isabel fala que então Rosalina deve tentar  
671 falar com ele ainda nesse mês de dezembro que ele ainda tem acesso e vai poder  
672 informar como está o andamento da legislação, não tendo mais nada a tratar a  
673 Secretária passa para o próximo ponto da pauta; item sete; **7) Metas do**  
674 **Conselho Estadual dos Direitos da Mulher/2023;** Primeiramente a Secretária  
675 Executiva Sandra Paizani compartilha em tela para aprovação das Conselheiras o  
676 Calendário de Reuniões Ordinárias para o ano de dois mil e vinte e três (2023),  
677 faz a leitura das datas que vão ser sempre na primeira terça feira de cada mês, a  
678 Vice Presidente Maria Isabel pede a palavra e fala com relação a reunião híbrida,  
679 ou seja virtual e presencial, ela pensa que pode continuar assim porém, deve se  
680 dar a oportunidade para as Conselheiras que quiserem vir no presencial e para  
681 isso necessitam-se de recursos, antes da pandemia havia esses recursos  
682 inclusive para reunião descentralizada, diz que então não é só uma questão de  
683 datas das reuniões mas sim planejamento das mesmas, cita que com o atual  
684 Secretário da SEJUF – Secretária da Justiça, Trabalho e Família não  
685 conseguiram que ele comparecesse em nenhuma das reuniões desse Conselho e  
686 nem conseguiram que ele as recebesse enquanto Conselho, então se agora vai  
687 existir uma Secretaria da Mulher e Igualdade Racial esse Conselho vai ter que ter  
688 um contato muito estreito com quem for assumir como Secretária ou Secretário,  
689 para dar o direito de recursos para as Conselheiras que quiserem vir nas reuniões  
690 presenciais, os mesmos direitos que existiam antes, não se pode retroceder, fala  
691 que também tem que se ver sobre a questão da descentralização visto que  
692 ampliou o número de Conselhos Municipais no Paraná, então acolher esses  
693 Conselhos, fazer ao menos duas reuniões descentralizadas no próximo ano, ver a  
694 possibilidade de fazer cursos de formação, ver a questão do site CEDM, ou seja,  
695 indaga se vai ter recursos para isso, precisa se saber quais os recursos que o  
696 Conselho tem, fala que sabe que já tem o recurso para Conferência do ano que  
697 vem, porém não é o valor desejado, então questiona se esse recurso ainda está

698 lá, se esse recurso vai ser ampliado, diz que não vê no governo do Estado  
699 números expressivos para a política da mulher apesar da mulher ser a maioria da  
700 população e também toda a diversidade e pluralidade enorme a qual deveriam  
701 estar contemplando, além disso também tem a questão do Fundo que é bem  
702 provável que agora vai ter recursos federais para a política das mulheres, se tiver  
703 políticas nacionais fortes possivelmente se terá repasses de Fundos para o  
704 Estado, sendo assim, também tem que ver como funciona para fazer os repasses  
705 para os Municípios, fala que acredita e tem esperanças de que a política para  
706 mulheres vai ser muito contemplada na novo Governo Federal, apesar de tantos  
707 problemas primordiais que o País enfrenta como a fome, ela acredita que as  
708 mulheres vão ser contempladas pois, 50% das mulheres são chefes de lares,  
709 sendo a maioria delas da periferia, mulheres negras que não conseguem prover  
710 tudo o que precisam e finalizando diz que o Conselho precisa ter uma conversa  
711 com quem assumir a nova Secretaria da Mulher na nova gestão do atual  
712 Governador, ter um diálogo bastante franco, bastante aberto e bastante  
713 conclusivo sobre o que o Governo do Estado pensa sobre esse Conselho, como  
714 ele vê esse Conselho e como ele vê a possibilidade de desenvolvimento de  
715 políticas para as mulheres no Estado do Paraná e a partir daí com certeza pode  
716 se ampliar, diversificar esse calendário pois acredita que vai ter bastante trabalho  
717 pela frente, ressalta novamente que essa conversa com quem venha assumir o  
718 cargo de dirigir a Secretaria da Mulher deve ser feita logo no início da criação da  
719 mesma, para que então enquanto sociedade civil possam cumprir o seu papel que  
720 é o de garantir os direitos de todas as mulheres, de toda essa pluralidade, de toda  
721 essa diversidade de mulheres, a Presidente Walquiria fala que realmente deve se  
722 levar tudo isso a frente e espera que essa Secretaria da Mulher venha fortalecer,  
723 subsidiar esse Conselho e a expectativa com relação a isso é muito grande, a  
724 Conselheira Silvane pede a palavra e diz que ainda não tem nada oficial de quem  
725 será o Secretário ou Secretária da Secretaria da Mulher e Igualdade Racial,  
726 somente nomes sendo cogitados mas enquanto Departamento ela e Walquiria

727 não estão indo checar essas informações visto que não compete a elas interferir  
728 nesse assunto, que estão aguardando a definição do governador e quando tiver  
729 um nome é muito importante enquanto Conselho tomar algumas medidas de  
730 formalizar, solicitar reunião para discutir sobre a política para mulheres, diz que o  
731 Departamento de Política para mulheres espera que essa nova Secretaria traga  
732 mais possibilidades de desenvolvimento de políticas para mulheres, diz que já foi  
733 feita uma previsão de aumento de recursos para a Conferência Estadual para o  
734 ano de 2023, a última Conferência foi em 2015 então estão com uma defasagem  
735 enorme e precisa-se no próximo ano somar forças inclusive a nível federal com as  
736 deputadas para desenvolver essa Conferência e diz que fica a disposição para  
737 que no mês de janeiro do próximo ano já possam fazer algo nesse sentido e  
738 também já pensar nas reuniões descentralizadas do Conselho, fazer um estudo  
739 de onde seria mais importante a nível de Estado fazer essas reuniões, finalizando  
740 fala que o trabalho será grande e Departamento e Conselho precisam se unir para  
741 atingir os objetivos esperados, a Conselheira Rosalina pede a palavra e diz que  
742 deve se trabalhar essa reunião descentralizada para fortalecimento, falar sobre o  
743 que é o Conselho Estadual para os Conselhos Municipais e que gostaria de fazer  
744 a reunião descentralizada na regional do norte do Paraná, não necessariamente  
745 em Londrina onde ela reside, fazer isso para provocar mais ações dos Conselhos  
746 Municipais, ou seja apresentar ações para esses Conselhos, finaliza falando que  
747 em Londrina já existe uma Secretaria de Políticas Públicas para a Mulher e quem  
748 dá o tom dessa Secretaria sempre é o Conselho Municipal de Londrina, o Prefeito  
749 da cidade não queria que funcionasse então o Conselho foi para a rua defender o  
750 funcionamento da mesma pois o Conselho tem uma voz muito forte lá, não tendo  
751 mais nada a tratar a Secretária passa para o próximo ponto da pauta; item oito; **8)**  
752 **Palavra das Conselheiras;** A Conselheira Carmen pede a palavra e diz que  
753 postou no grupo de WhattsApp do CEDM uma nota técnica do Conselho Nacional  
754 dos Direitos da Mulher sobre a questão do Projeto de Lei dos direitos do nascituro  
755 visto que esse Projeto de Lei voltou a se movimentar no Congresso Nacional,



756 nessa semana foi debatido na Comissão da Mulher e traz uma análise bem  
757 pormenorizada do que ele representa em detrimento dos direitos da mulher, dos  
758 direitos sexuais e reprodutivos, mostra inclusive a inconstitucionalidade desse  
759 Projeto frente aos direitos já consagrados na Constituição, finaliza dizendo que  
760 gostaria de fazer essa fala no sentido de alertar todas as Conselheiras para que  
761 leiam essa Nota técnica pois se relaciona a questão dos direitos sexuais das  
762 mulheres e das meninas principalmente, a Conselheira Jussara pede a palavra e  
763 diz que gostaria de compartilhar com as Conselheiras que na última quarta feira  
764 dia trinta no IDR – Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná foi entregue um  
765 premio chamado Orgulho da Terra, foi concedido a dezoito agricultores produtores  
766 destaques do Paraná e entre eles cinco são mulheres, demonstrando assim que  
767 as mulheres estão cada vez mais sendo protagonistas da sua história, obtiveram  
768 o primeiro lugar nas categorias de agro ecologia, bovinocultura de leite que era  
769 uma atividade bem específica dos homens, inclusão social de mulheres no agro e  
770 produção de suínos, finaliza dizendo que a RIC TV – Rede de Televisão Estadual  
771 sediada em Curitiba vai contar a história desses produtores, principalmente  
772 dessas mulheres, nos próximos dias, nos Domingos sempre as nove horas da  
773 manhã, finaliza dizendo que era isso que gostaria de contar, que coisas boas  
774 acontecem com as mulheres também, a Conselheira Rosalina pede a palavra e  
775 diz que a lei dos direitos do nascituro citada pela Conselheira Carmen já foi criada  
776 em Londrina onde ela reside, que o Conselho Municipal tentou de todas as formas  
777 impedir mas não obteve êxito, a Conselheira Carmen diz que provavelmente pode  
778 se discutir a inconstitucionalidade pois é uma questão Nacional e não poderia ser  
779 Municipal, a Conselheira Silvana Rausis pede a palavra e diz que gostaria de  
780 desejar a todas um Natal e Ano Novo abençoados, e indicar para que todas  
781 peçam de presente para o papai Noel o livro chamado “Quarto” que é de uma  
782 escritora Canadense e que é excepcional para todas as mulheres principalmente  
783 para as desse Conselho, a Vice Presidente Maria Isabel pede a palavra e conta  
784 que esteve na Câmara Municipal de Curitiba no dia primeiro de novembro e a

785 Conselheira Carmen também esteve, atendendo a um chamado da vereadora  
786 Doutora Maria Letícia para falar de uma cartilha sobre violência sexual, diz que é  
787 óbvio que vieram muitas falas das questões de violência doméstica, muitas  
788 reclamações da Casa da Mulher Brasileira com relação a espera pelo  
789 atendimento, fala do fato de que depois que as mulheres fazem um BO – Boletim  
790 de Ocorrência a maioria delas não sabe qual a sequencia ou seja onde que ela  
791 pode encontrar o seu processo, para onde que ela pode telefonar, quanto tempo  
792 que seria razoável ela esperar, então diz que a proposta seria a partir dessas  
793 falas e discussões se criar um grupo para fazer essa cartilha básica, que talvez  
794 pudesse ser colocada em locais públicos para que as mulheres conheçam os  
795 seus direitos, para que saibam que caminho trilhar depois de dar início a feitura  
796 do BO, diz que essa reunião na Câmara Municipal foi muito boa pois pode se ver  
797 que as coisas estão acontecendo e deve se olhar com carinho, diz também que  
798 no momento se está nos 21 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher,  
799 que no Município de Curitiba são 30 dias pois tem início sempre no dia 5 de  
800 dezembro com a lembrança da morte da menina Rachel Genofre esquartejada,  
801 colocada dentro de uma mala e deixada na Rodoferroviária de Curitiba, que a luta  
802 continua para que a Rodoferroviária passe a ser nominada com seu nome, fala  
803 que dentro desses 16 dias de ativismo que terminam mundialmente no dia 10 de  
804 dezembro que é o dia dos direitos humanos, que ela como faz parte dos  
805 movimentos feministas esteve sábado dia três em um Encontro Estadual na  
806 cidade de Prudentópolis quando se reuniram com a família da moça assassinada  
807 em Curitiba pelo ex-marido, que é ex-policial, é advogado e está preso, muitos  
808 homens da família dela estavam presentes em Prudentópolis, conta que em  
809 Prudentópolis que é um Município com cerca de cinquenta mil (50.000) habitantes  
810 ocorreram três feminicídios durante esse ano, com relação a esses dias de  
811 ativismo fala que parece que as pessoas estão começando a despertar para a  
812 luta, os homens inclusive e isso a deixa muito feliz porque talvez outros homens  
813 falando, alguns homens possam se identificar e repensar as suas posturas

814 misóginas, machistas, de domínio total sobre a vida e sobre a morte das mulheres,  
815 diz que também nesse evento uma moça fez uma fala contando que o ex-marido  
816 dela matou um amigo que estava com ela e fez isso na frente dos dois filhos dela,  
817 o que é uma coisa muito traumatizante para criança assistir a morte de forma  
818 banal de uma pessoa próxima, fala que gostaria de desejar um Feliz Natal a todas  
819 e que consigam levar toda essa energia boa, de renovação, de esperança, para o  
820 ano que vem o qual terá muito trabalho de reconstrução, pelo que esse País  
821 passou e continua passando com toda essa onda de ódio, de intolerância e  
822 violência, em que as mulheres são vítimas frequentes, que isso não vai se  
823 resolver de pronto mas vai se fazendo pouco a pouco, construindo uma sociedade  
824 do amor, da justiça, da paz, o amor e a paz tem que vencer essa onda de ódio a  
825 qual infelizmente o País foi acometido, fala que mesmo trabalhando tantos anos  
826 como professora de sociologia, até hoje não havia compreendido tanto como  
827 nesses últimos anos o que significa o fascismo, a construção do fascismo, fala  
828 que na OAB de Cascavel no Paraná ocorreu o fato de advogados queimarem  
829 livros, uma atitude que remete ao nazismo, então os sinais estão aí para quem  
830 quiser ver e esse Conselho deve se posicionar firmemente pelas suas vidas,  
831 pelas vidas das mulheres, das crianças, dos idosos, das populações indígenas,  
832 quilombolas, trabalhadoras rurais, se posicionar pela paz, pela justiça e pela  
833 reconstrução do País com políticas inclusivas que tragam alento as populações  
834 menos assistidas, que passam fome e frio, as mulheres desassistidas que não  
835 tem creches para deixar seus filhos, diz ter esperança da construção de um Brasil  
836 melhor do que se é atualmente e finaliza agradecendo a todas, a Presidente  
837 Walquíria fala que a reunião de hoje foi muito boa, foi fantástica mas quer se  
838 despedir de todas desejando um Feliz Natal, que o mesmo seja de luz pois a luz é  
839 a esperança de tudo e espera que em 2023, independentemente dela ainda estar  
840 participando desse Conselho ou não, que se superem as dores, angústias,  
841 intolerâncias, machismo, então se purificar, se limpar de tudo o que as acometeu,  
842 que as fez doer a alma, tentar nesse final de ano pensar que 2023 vai ser um ano

843 de vitórias, conquistas dentro da política da mulher e que seja muito abençoada,  
844 que Deus acolha a pessoa que vai tomar frente a Secretaria da Mulher, que lhe de  
845 sabedoria, que a fortaleça dentro dessa política, pois se precisa dessa  
846 representatividade forte e que essa representatividade as contemple também, fala  
847 que não sabe se hoje será o seu último momento com as Conselheiras mas se for  
848 ela deseja tudo de bom para cada uma delas e agradece por a acolherem  
849 desde o mês de maio até agora dezembro, por a aceitarem do jeito que ela é,  
850 finaliza dizendo que podem contar com ela sempre, dando assim o encerramento  
851 a Reunião Ordinária. Esta ATA foi degravada pela Secretária Executiva, Sandra  
852 Cristina Hey Paizani e será encaminhada as Conselheiras para contribuições,  
853 depois de aprovada em reunião plenária será publicada e publicizada no site do  
854 CEDM/PR.